Introdução

O presente trabalho foi possibilitado por estudos e reflexões que pude realizar ao longo de alguns anos de participação no Grupo de Pesquisa sobre Infância, Formação e Cultura (INFOC), coordenado pela professora Sonia Kramer. Minha participação nesse grupo foi fundamental, pois adquiri conhecimentos práticos e teóricos sobre pesquisa em educação, apropriei-me de referências teóricas importantes e aprimorei minhas habilidades de leitura e escrita acadêmica. Durante este período, tive a oportunidade de discutir, principalmente, questões ligadas às políticas públicas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, formação de seus profissionais e interações entre crianças e adultos na cultura contemporânea.

Minha pesquisa se insere, especificamente, no projeto “Educação Infantil e Formação de Profissionais no Estado do Rio de Janeiro: concepções e ações” que tem como objetivo pesquisar, numa perspectiva macro, a situação da infância, as políticas de educação infantil e a formação dos profissionais nos municípios do estado do Rio de Janeiro e, numa perspectiva micro, conhecer interações e práticas entre adultos e crianças em escolas de educação infantil e de ensino fundamental em municípios fluminenses selecionados.

No contexto deste projeto foram enviados questionários aos 92 municípios do estado (dos quais 59 foram respondidos) e realizadas entrevistas com os responsáveis pela educação infantil nas Secretarias Municipais de Educação de 24 municípios. Nessas entrevistas, alguns profissionais destacaram a expressiva quantidade de professores formados em curso superior que atuavam na educação infantil de seus municípios, o que me instigou a aprofundar o tema da escolaridade dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças nas creches e pré-escolas.

Assim, tendo em vista o discurso proveniente das Secretarias de Educação, o objetivo desta pesquisa é investigar se os governos municipais valorizam e oportunizam a formação dos profissionais de educação infantil em nível superior.

Explicitado este objetivo faz-se necessário assumir um pressuposto deste trabalho: o de que a formação em nível superior é a mais adequada para os professores que atuam na educação infantil. Esse pressuposto se justifica pela legislação, pelo discurso acadêmico e por relatos de experiência de professores.

Em primeiro lugar, a legislação determina que os profissionais sejam formados em cursos de pedagogia (BRASIL, 1996), o que será mais bem compreendido no capítulo 1. Em segundo lugar, há certo consenso no meio acadêmico de que o profissional que atua na educação infantil deve ser um professor, formado em curso de pedagogia, como confirma uma consulta realizada a pesquisadores do campo da educação infantil de diferentes instituições do país (BRASIL, 2009a). Alguns pesquisadores incluíram a ressalva de que o curso normal poderia ser uma alternativa, em casos específicos. A formação do professor de educação infantil deveria incluir disciplinas de fundamentos da educação, mas também disciplinas específicas sobre o trabalho com as crianças pequenas. Para os pesquisadores:

(...) ser professor nesse nível de ensino exige vasto domínio de conhecimentos, informações, habilidades e experiências, que possibilitem compreender a história da instituição em que atua e ter capacidade de construir alternativas para os desafios que constituem o cotidiano destes estabelecimentos. Exige também comprometimento com as crianças, suas famílias e com o coletivo da instituição. (BRASIL, 2009a, p.58)

Relatos de professores que cursaram o ensino superior mostram a importância desta experiência para o seu trabalho e a sua vida. Para educadores de escolas comunitárias da Bahia, oriundos de classes populares, a formação em nível superior significa realização pessoal, qualificação e fortalecimento de seus compromissos políticos (SANTOS, 2006).

A defesa da formação de profissionais em nível superior traz consigo a preocupação com a qualidade desta formação. Que ensino superior é esse? Que instituições oferecem esses cursos e em que condições? Até que ponto este ensino superior é realmente adequado aos propósitos da educação infantil? Em que medida é possível associar a formação dos professores à qualidade do trabalho desenvolvido? Esta dissertação não pretende responder a essas questões, mas reconhece que a qualidade da formação superior precisa ser problematizada e traz alguns elementos para essa discussão.

A perspectiva deste trabalho é a de compreender a política de formação dos professores no que se refere, principalmente, à elevação da escolaridade dos profissionais, no âmbito dos municípios. As perguntas centrais desta investigação

são: as Secretarias Municipais de Educação desenvolvem ações no sentido de que os profissionais da educação infantil tenham formação superior? Caso desenvolvam, quais são essas ações? Caso não, quais as razões?

Para responder a essas questões, foram articuladas algumas estratégias metodológicas, na tentativa de entender, por várias vias, como se dá a política. Assim, foram considerados os questionários respondidos pelos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e as entrevistas realizadas em 24 municípios do estado no âmbito da pesquisa institucional, os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre escolaridade dos profissionais de creche e pré-escola e uma entrevista sobre o ingresso e carreira dos profissionais em um município da RMRJ selecionado.

Alguns pontos sobre o ingresso e a carreira dos profissionais de educação infantil nos sistemas municipais de educação constituirão a chave de leitura do material empírico.

Sobre o ingresso,

- A escolaridade mínima exigida pelas Secretarias Municipais de Educação para ingressar na educação infantil municipal;
- Existência de concurso público para o ingresso de professores;
- Existência de concurso específico para ingresso na educação infantil.

Sobre a carreira,

- Existência de alguma política de garantia da elevação de escolaridade dos profissionais;
- Existência de plano de carreira; se foi implementado.
- Se os municípios oferecem condições para que seus professores se formem em nível superior.

No Capítulo 1 é traçado um panorama da política nacional no que diz respeito à formação dos profissionais de educação infantil, tendo como marco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996). Foi considerado o trajeto da legislação até que a formação dos professores de

educação infantil em nível superior passasse a ser prevista em lei e algumas repercussões dessa decisão. Discutem-se, ainda, algumas implicações da assunção pelos municípios da responsabilidade pela oferta de educação infantil.

O Capítulo 2 enfoca as condições objetivas dos municípios pesquisados. Inicialmente, é apresentada uma breve caracterização do campo empírico da pesquisa: os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A seguir, realiza-se a análise de dados quantitativos oriundos dos questionários enviados aos municípios pela pesquisa institucional, bem como de dados provenientes do Inep, obtidos através dos Índices Demográficos e Educacionais do Programa de Ações Articuladas (PAR).

Por fim, no Capítulo 3, são discutidas, através das entrevistas, as concepções assumidas pelos profissionais responsáveis pela educação infantil nas Secretarias Municipais de Educação dos municípios pesquisados. No item 3.2 são analisadas as 24 entrevistas realizadas no contexto da pesquisa institucional. A análise destas entrevistas, somada a análise de dados quantitativos dos municípios, motivou a realização de uma vigésima quinta entrevista, que será analisada no item 3.3. Esta entrevista é dedicada exclusivamente aos temas da formação e escolaridade dos profissionais da educação infantil e teve como objetivo compreender melhor as motivações das ações políticas municipais.